



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS: UMA NOVA ESTRUTURAÇÃO DE ENSINO PARA AS CRIANÇAS DE SEIS

Alba Lúcia Gonçalves*
(UESC)

Aretuza Gomes Barbosa**
(UESC)

RESUMO

Este texto relata uma pesquisa em andamento na modalidade de Iniciação Científica a respeito da inserção das crianças de seis anos no ensino fundamental. Parte de retomada histórica, conceitos, documentos e teorias. Nosso objetivo foi entender como os professores organizam o trabalho pedagógico para atender as crianças de seis anos, considerando as especificidades da infância. O presente texto apresenta algumas reflexões a respeito das novas possibilidades e necessidades de se (re) estruturar o ensino fundamental, para que este seja um espaço de conhecimento apropriado para as crianças pequenas, respeitando-se suas singularidades.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas; Criança; Ensino fundamental.

*Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Doutoranda em Educação pela UFBA. E-mail: albauesc@yahoo.com.br.

**Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Graduanda em Pedagogia. E-mail: aretuza26@hotmail.com.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

INTRODUÇÃO

COMEÇANDO NOSSA CONVERSA

Este texto apresenta algumas reflexões, a respeito de uma pesquisa institucional que busca compreender como os municípios estão se organizando para o atendimento ao ensino fundamental de nove anos. Nesse texto apresentamos uma discussão a esse respeito por meio da análise do município de Ilhéus situado no sul da Bahia, o que se pretende é entender como a rede tem se organizado para esta tarefa imposta pela Lei 11.274/2005.

Para melhor entendimento a respeito dessa nova estruturação do ensino, retomaremos alguns pontos na história que possibilitarão ao leitor uma compreensão a respeito da trajetória desse momento vivido. A Lei 5692/71 que vigorou até a promulgação do texto da atual: LDB 9394/96 definia em seu artigo 19 a obrigatoriedade de ingresso no ensino de 1º grau (hoje Ensino Fundamental) das crianças com idade mínima de sete anos. Contudo é preciso destacar que o mesmo artigo abria a possibilidade para que cada sistema de ensino fizesse a matrícula de crianças menores, havendo desta forma, a recomendação que crianças menores fossem atendidas em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes.

No artigo 87, inciso I, parágrafo 3º da LDB 9394/96, há referência a inserção das crianças de seis anos no Ensino Fundamental, de forma facultativa desde que o município já tivesse matriculado todas as crianças na idade de sete anos. Essa orientação é reforçada na Lei 10.172, de janeiro de 2001, que estabelece o Plano Nacional de Educação definindo metas, diretrizes para a educação nacional. No item



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

que se refere ao Ensino Fundamental, o governo federal manifesta a intenção de ampliar a duração desse nível para nove anos, incluindo as crianças de seis anos.

Em julho de 2004 foi lançado o documento “Ensino Fundamental de nove anos: orientações gerais” produzido pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação. Segundo a SEB, este documento é resultado de sete encontros regionais com gestores da educação para debater o tema.

No final de 2005 foi promulgada a lei 11274/2005, a qual estabeleceu o prazo para até 2010 os municípios brasileiros implantarem o ensino fundamental de nove anos incorporando as crianças de seis anos a este nível de ensino, tornando assim obrigatório e inclusão dessas crianças ao sistema escolar brasileiro. Diante desse novo fato alguns fatores passam a ser analisados, pois tal medida causa transformações tanto na estrutura do ensino como também nas propostas pedagógicas e é claro na formação de professores.

Entende-se que a estruturação de um novo modelo de educação precisaria passar por uma reforma onde seriam revistas as ações que norteiam dentre outros a gestão escolar e a formação dos profissionais diretamente ligados a esse novo momento da educação brasileira. Afinal, a inserção de mais um ano no Ensino Fundamental significa apenas uma mudança de nomenclatura, preserva um caráter economicista e mercadológico sempre presente de maneira contundente nas políticas educacionais nas últimas décadas? Ou constitui-se numa política rumo à universalização da educação para todas as crianças brasileiras.

A câmara da educação básica do Conselho Nacional de Educação / CNE entende que a matrícula da criança de seis anos no Ensino Fundamental garante pelo menos nove anos de estudo na educação básica, isso reflete um avanço para a educação brasileira. Recomenda também uma nova nomenclatura do ensino, as séries iniciais passam a ter a duração de cinco anos introduzindo as crianças de 6 a 10 anos



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

e as séries finais com duração de quatro anos inserindo os/as alunos/as de 11 aos 14 anos, somando dessa maneira os nove anos do Ensino Fundamental.

No entendimento da câmara de educação básica, a antecipação da escolaridade obrigatória com a matrícula aos seis anos de idade no ensino fundamental implica em alguns fatores como: garantir às crianças que ingressam aos seis anos na escola, nove anos de estudos; assegurar a oferta e a qualidade da educação infantil, em instituições públicas, federais, estaduais e municipais; promover com base em estudos, debates e entendimentos no âmbito de cada sistema de ensino, a adequação do projeto pedagógico escolar para atender os objetivos do Ensino Fundamental de nove anos; providenciar o atendimento das necessidades de recursos humanos (docentes e de apoio) em termos de capacitação e atualização, sendo que estas orientações supracitadas aplicam-se as escolas criadas e mantidas pela iniciativa privada que são livres para organizar o ensino fundamental, sempre com obediência as normas fixadas pelo sistema a de ensino a que pertencem.

Diante do exposto uma questão que nos move é a necessidade de entender como está sendo implantado o ensino fundamental de nove anos nas Redes municipais. Para tanto fizemos um estudo a partir de uma amostra no município de Ilhéus / Bahia. Nossa escolha por este município se deu pelo fato do mesmo ser um dos maiores municípios com uma localização próxima da Universidade, por ter já instalado e funcionando o Conselho Municipal de Educação e ter realizado a matrícula das crianças de seis anos já no ensino fundamental. Nossa pesquisa teve como objetivo analisar o processo de inserção das crianças de seis anos no ensino fundamental no Município de Ilhéus, Sul da Bahia.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

INFÂNCIA/LUDICIDADE/ESPAÇO FÍSICO

Apresentamos algumas considerações bibliográficas acerca da criança, mostraremos a evolução do conceito de infância e de ludicidade, este último envolvendo a brincadeira e os jogos.

Acreditamos ser fundamental um entendimento a respeito da infância, precisamos refletir as especificidades e movimentos que determinaram este conceito, para tanto fomos buscar na história a evolução de tal conceito. Ao fazermos uma retomada histórica vamos entender que a organização capitalista é determinante na origem da idéia de infância ao ponto tal de se sobrepor ao conceito natural (biológico) de ser criança. O período de desenvolvimento da infância aconteceu entre os séculos XVII e XVIII estipulando um novo papel para a criança que antes era vista e tratada como um pequeno adulto. A obra de Ariès (1979) foi pioneira nas afirmações anteriores, para este teórico, as relações que se dão perante a infância são modificadas de acordo com a estrutura social. Dessa maneira o papel social da infância e suas diferentes formas de participação são determinadas pelas condições histórico-sociais. As transformações do sentimento moderno de infância e família nasceram no contexto burguês, decorrente disso a criança passa a ser merecedora de cuidados e de educação e muda conseqüentemente de forma significativa as relações na sociedade.

Outro conceito que nos parece fundamental é o de ludicidade, compreendido neste texto como brincar e jogar. Existe uma distinção entre brincar: prático, simbólico e jogos com regras. O primeiro é relacionado às crianças de até 2 anos e enfatiza o exploratório do bebê, o segundo está relacionado às crianças de 3 até 6 anos e abrange o brincar de faz-de-conta, a fantasia, a dramatização e o terceiro envolve as crianças de 6 ou 7 anos e os jogos com regras caracterizam as crianças



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

dessa fase (MOYLES, apud PIAGET). Algumas brincadeiras são universais e outras são passageiras, entretanto em qualquer época ou situação elas desenvolvem o físico e o mental da criança, todavia o não brincar pode prejudicar de maneira significativa o desenvolvimento da mesma.

O brincar é característico da infância e enquanto atividade é um direito social da criança. São muito raras as escolas que investem neste tipo de aprendizagem, pois muitas vezes as brincadeiras e os jogos são considerados perda de tempo. Visão esta que denota uma falta de informação e conhecimento por parte dos organizadores e educadores da instituição educacional. A escola para valorizar a infância através do lúdico deve levar em conta, o brincar compreendido neste texto como o movimento lúdico entre a criança e os objetos de conhecimentos que estão sendo trabalhados na sala de aula, mediados pelo professor, fazendo assim com que as atividades sejam mais prazerosas e a aprendizagem mais significativa. Para que esse movimento aconteça é de fundamental importância que os cursos de formação de professores oportunizem aos sujeitos a aquisição de conhecimentos que lhes possibilitem entender e interpretar a brincadeira como uma necessidade no trabalho pedagógico desenvolvido com as crianças, pois assim os professores participarão de forma mais ativa dos momentos lúdicos que devem ocorrer dentro e fora da sala de aula. O professor enquanto mediador deve organizar suas atividades dando maior significado e visibilidade às atividades lúdicas. Entender os jogos e as brincadeiras como princípios norteadores do currículo possibilita tanto a construção da subjetividade da criança como também a compreensão da realidade concreta em que estamos inseridos.

Fica claro que brinquedos e jogos precisam estar inseridos na escola. O trabalho pedagógico pode ser enriquecido com jogos, brincadeiras, histórias, dramatização, jogos com regras, pinturas, desenhos, dentre outras atividades construindo uma forma prazerosa de aprender. A brincadeira deve ocupar um ponto



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

central na educação e o professor é peça imprescindível para que isso ocorra oferecendo espaços, fornecendo material, construindo brinquedos na sala, pedindo que levem seus brinquedos de casa para a sala de aula, construindo um cantinho das brincadeiras e mais que isso, participando das brincadeiras junto com as crianças. Ao brincarem as crianças constroem uma consciência do real e podem no mesmo momento viver a possibilidade de modificar a realidade, por isso brincar é tão importante principalmente nesta fase da infância. É evidente que o brincar como instrumento educacional favorece a formação da criança no que diz respeito ao seu papel social.

Os espaços para o brincar podem e devem ser construídos no Ensino Fundamental de nove anos, já que são as crianças que compõem esse grupo de estudo, pois a infância não termina com a entrada da criança no ensino fundamental. Oportunizar, portanto a essas crianças de seis, sete, oito, nove e dez anos a terem uma educação, que preserve a infância, no Ensino Fundamental de nove anos é essencial.

O currículo da escola em que estão inseridas as crianças deve dar ênfase a estruturação do brincar cabendo ao professo/a interagir com a criança individualmente ou em grupos pequenos. O brincar pode ser vinculado a diversas áreas do currículo e não deve ser desprezado de forma alguma pela escola, o profissional da educação que trabalha com crianças deve estruturar e planejar cuidadosamente o brincar para garantir um bom desenvolvimento da mesma.

Na organização do trabalho pedagógico dos anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos é necessário que ocorra uma revisão e atualização das práticas. É preciso construir um planejamento de forma que não haja rupturas na passagem da Educação infantil para o Ensino Fundamental, pois a infância não acaba na educação infantil. A escola e a sociedade civil precisam entender a infância presente tanto na educação infantil como nos anos iniciais do ensino fundamental,



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

além disso, não podemos deixar de ressaltar que existem muitas crianças que estão sendo incorporadas nesse nível de ensino e nunca passaram antes por nenhuma outra instituição escolar (creches e pré escolas) e estão, portanto tendo o primeiro contato escolar já no Ensino Fundamental.

Outra mudança necessária diz respeito ao espaço físico, esse expressa a pedagogia adotada, o que vincula a formação do profissional que o organiza construindo um ambiente educacional e pedagógico. O ambiente considerará processos e resultados, que deverão ser planejados pelos/as professores/as organizando o espaço e o tempo adequado ao convívio de todos os envolvidos. Sendo assim, permitindo essas relações onde as crianças revelem as formas de se expressar, movimentar e fantasiar. Além disso, o espaço interno e externo deve garantir o fortalecimento da autonomia das crianças sem impedir experiências que favoreçam o autoconhecimento dos perigos e obstáculos proporcionados pelo ambiente. Contudo é preciso que haja um espaço físico variado estimuladamente decorado para a realização de diferentes atividades e que contenha equipamentos e mobiliários adequados.

Uma proposta pedagógica para as crianças deve respeitar a infância e entendê-la na sua complexidade, isso exige constante crítica e reorientação do trabalho educativo, dentro de uma concepção de criança que busca sua identidade. É de suma importância nessa faixa etária possibilitar a criança se envolver em brincadeiras, pois as mesmas ajudam a criança à examinar os papéis sociais através do faz de conta desenvolvendo sua imaginação e autonomia. Dentro desta proposta é necessário que haja materiais para atividades e brincadeiras como: jogos, papel, tintas, argila, livros infantis, aparelhos de som e imagem dentre outros recursos, ainda deve conter boas condições de higiene nos ambientes e objetos utilizados pelas crianças. A sala de aula deve ser um lugar de experiências, de



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

incentivo à curiosidade e à atividade própria, reunindo toda a energia e força dos desenvolvimentos que se operam no pensamento da criança nesta fase.

A PESQUISA DE CAMPO

Esta pesquisa compreendeu dois momentos, no primeiro foi feito levantamento bibliográfico utilizando-se a análise dos documentos oficiais a respeito da temática trabalhada, ou seja, que fornecessem orientações em relação ao atendimento educacional às crianças, precisamente as de seis anos. Os principais documentos utilizados foram o Estatuto da Criança e do Adolescente; Plano Nacional de Educação; Constituição Federal do Brasil/1988; Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96; Lei 11274/05 que institui o ensino fundamental de 9 anos; e mais artigos e folhetos informativos distribuídos pelo MEC sobre a temática. As leituras destes materiais subsidiaram a elaboração do roteiro de observação.

No segundo momento foi realizada a observação na escola. O campo de pesquisa foi o município de Ilhéus e a amostra selecionada obedeceu ao critério de maior número de turmas de seis anos atendidas já nas instalações físicas do ensino fundamental. A partir desse critério foi selecionado o Centro de Atenção Integrada a Criança e Adolescente Darci Ribeiro / CAIC que é um projeto de Governo Federal em vários estados do Brasil que tinha inicialmente a proposta de atender aos alunos matriculados, em tempo integral. Essa escola fica localizada em um bairro considerado como periferia, chamado Santo Antônio de Pádua, afastado do centro da cidade e com uma renda per capita da população em torno de meio salário mínimo e com muitos pais desempregados vivendo de bicos. A escola funciona em Ilhéus desde 1997 e foi na época considerada como modelo arquitetônico. Atualmente funciona nos turnos: matutino, vespertino e noturno atendendo desde a educação infantil até a



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

educação de jovens e adultos / EJA e possui capacidade para atender até 1400 alunos. Com o aumento da demanda e ampliação do número de vagas este espaço físico ficou extremamente comprometido.

A observação foi organizada em quatro categorias: a escola, a professora, as crianças e o currículo. As observações estão sendo desenvolvidas em quatro salas de aula no turno vespertino.

Com relação à escola percebemos que esta não foi organizada em termos de estrutura física para receber as novas crianças de seis anos no ensino fundamental, não foram realizadas as mudanças necessárias para que os prédios escolares tivessem um pouco da identidade dessas crianças. As salas de aula onde as crianças de seis anos estão instaladas são espaços adaptados de outras atividades, tais como: oficina de arte, sala de coordenação, depósito de alimentos e sala de reuniões. Entretanto percebemos uma preocupação das professoras com a arrumação desses espaços que se tornaram salas de aula. Muitas vezes utilizando seu próprio recurso financeiro, elas tem se esforçado para construir um espaço harmonioso e acolhedor para as crianças pequenas, constituindo cantinhos específicos de brinquedos e de leitura.

Existe também certa preocupação com o trabalho pedagógico, essas turmas são acompanhadas por uma coordenadora pedagógica contratada especificamente para orientar as professoras nas ações e planejamentos das aulas. Por não existir um espaço físico na área externa da escola, específico para a realização das atividades lúdicas e recreativas, estas estão restritos à sala de aula. O momento de brincar geralmente ocorre apenas na hora da entrada, momento este que as professoras chamam de socialização entre as crianças, todas permanecem sentadas nas mesinhas de quatro cadeiras e podem brincar em grupo de quatro, quando tentam dialogar com os outros grupos são chamadas a atenção para permanecerem nos seus lugares.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

O brincar livre pode ser visualizado na hora do recreio, entretanto o tempo é muito restrito visto que o intervalo é de apenas vinte minutos divididos para merenda e recreação. Percebemos que, as crianças não são proibidas de levarem brinquedos de suas residências para a escola, entretanto quando isso ocorre, as professoras sempre pedem para as crianças guardarem, pois aquele não é o momento de brincar.

Quando se trata da relação da criança com a professora percebemos que essa varia um pouco a depender da turma, mas no geral as professoras não participam dos momentos de recreação junto com as crianças, elas aproveitam para ficarem conversando entre elas, enquanto isso as crianças ficam soltas e brincam sem nenhum acompanhamento de um adulto. Nas aulas as professoras tentam se aproximar mais das crianças sempre mediadas pelo conteúdo formal a ser ensinado para as mesmas. Já estamos a mais de cinco semanas de observação na escola e ainda não presenciamos nenhuma das professoras levarem brinquedos para enriquecer as aulas, e nem ensinaram as crianças a produzirem brinquedos ou mesmo para apenas brincar com as elas.

Na relação das crianças com seus pares temos presenciado várias situações em que uma auxilia a outra tanto nas atividades estabelecidas pela professora na classe, como também nas brincadeiras e conflitos que surgem. Não percebemos nenhuma situação que pudesse ser configurada como exclusão por parte das crianças, inclusive uma turma possui uma menina com necessidades educativas especiais, ela não fala e nem ouve, mas a relação dela com as outras crianças é a mais natural possível. Quando as crianças se desentendem por algum motivo, as professoras fazem intervenção a fim de que se estabeleça a harmonia entre elas.

No que diz respeito ao currículo da escola, o foco central é a alfabetização muitas vezes entendida apenas como o processo de codificar/decodificar ainda



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

presente por meio de atividades cuja lógica é conhecer as letras, as sílabas, as palavras, as frases por último os textos. São raras as atividades que mostram a função social da alfabetização, podemos afirmar que não existem atividades intencionais que gerem mediações a respeito dessa função da nossa língua. Nestes momentos percebemos uma desvalorização das atividades lúdicas, como se a aprendizagem da língua excluísse o brincar. Quando a literatura e as pesquisas mostram que as crianças nessa fase podem e devem aprender brincando.

CONCLUSÕES

Não existe na Rede Municipal uma política de formação para as professoras envolvidas nessa proposta de educação, ou seja, no ensino fundamental de nove anos. Contudo elas têm tentado desenvolver um olhar mais atencioso tanto para o seu trabalho como também para as crianças. Percebemos o esforço feito por elas para valorizarem o conhecimento prévio que as crianças trazem para a escola, iniciam a aula aproveitando muitas vezes as informações das crianças, mas não conseguem ver a relação dessas falas com o conteúdo a ser estudado na aula. Neste momento ou abandonam as informações das crianças e apresentam o conteúdo sem estabelecer as relações ou ficam apenas nas informações das crianças e abandonam o conteúdo que ia ser trabalhado.

Quanto ao planejamento este é realizado semanalmente entre as professoras e a coordenadora nesse encontro ela organizam um único roteiro a ser utilizado por todas as professoras durante a semana.

As informações adquiridas com as observações mostram que em relação a incorporação das crianças de seis anos ao ensino fundamental estas ainda não estão plenamente incluídas e nem fazem parte da demanda da crianças matriculadas na



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

educação infantil. Falta, portanto, a construção de uma identidade e um espaço para essas crianças e professoras. Ou seja, a construção de uma escola que contemple um espaço e tempo de aprendizagem social, cultural, autonomia, desafios, prazer e alegria, ou seja, que priorize o desenvolvimento do sujeito em todas as dimensões (BRASIL, 2004).

Finalmente entendemos que precisam ocorrer mudanças de ordem material por meio da aquisição do material necessário para criação do ambiente escolar e também mudanças intelectuais a serem reveladas na formação continuada e na atuação das professoras no trabalho desenvolvido por elas. Outra mudança percebida nas conversas informais realizadas com as professoras diz respeito ao reconhecimento dessa criança como sujeito de direito a uma educação (ECA, 1990; CF 1988; LDB, 1996); verdadeiramente de qualidade pautada no jeito de ser da criança, ou seja, que o currículo respeite e contenha a ludicidade e o desenvolvimento da infância como princípio educativo.

Minimamente precisamos de um espaço físico com salas concebidas para serem salas de aula de crianças pequenas e que, portanto, precisam ser grandes, ventiladas, atraentes, desafiadoras e ao mesmo tempo seguras. Com brinquedos e um bom acervo de literatura infantil que permita as crianças ampliar sua visão de mundo e começar a entender e entrar no mundo da leitura e da escrita.

REFERÊNCIAS

ÀRIES, Philippe. **A história social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

BRASIL. **Ensino fundamental de nove anos** – Orientações Gerais. Brasília, 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/noveanorienger.pdf> Acesso em 24 maio 2008.

_____. CNE – Resolução 03/2005, da Presidência da República, 2005.

_____. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**, 1998.

BRASIL. ENSINO fundamental em 9 anos. Disponível em <http://coie.apost.com.br/ori/ef9anos.pdf>. Acesso em 28 dez. 2008.

MALUF, Ana Cristina Munhoz. Brincar na escola. In: **Psicopedagogia online**. Disponível em: <http://www.psicopedagogia.com.br/artigo.asp?entrID=270>. Acesso em: 23 jan. 2009.

MOYLES, JENETE R. et al. **A excelência do brincar**; trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2006.

OLIVEIRA, F.M.&VARGAS, L.C. **Brincadeira é jogo sério**. Disponível em http://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/emilio/autoria/artigos2006/7Brincadeira_jogos.pdf. Acesso em 10 de mar. 2009.

PACHECO, Dirce Djanira; ZAN. **Ensino fundamental de 9 anos**: a quem interessa. Disponível em: http://www.fadep.com.br/restrito/conteudo_pos5_ges_educacional_Ensino%20de%20nove%20anos.doc. Acesso em 28 dez. 2008.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. **Infância e pedagogia**: dimensões de uma intrincada relação. Disponível em: http://inforum.insite.com.br/arquivos/1027/inf_e_Pedag.doc. Acesso em 22 jan. 2009.